V CONGRESSO INTERNACIONAL DAS **LICENCIATURAS** COINTER - PDVL 2018

OS ENTRAVES DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA PELO OLHAR DO PROFESSOR LICENCIADO

THE INSTRUMENTS OF EDUCATION INCLUSIVE BY THE LOOK OF THE LICENSED TEACHER

Apresentação: Comunicação Oral

Jaqueline Costa da Silva Lima¹; Ayrton Matheus da Silva Nascimento²; José Roniero Diodato³; Patrícia Hander de Lucena Neri⁴; Islane Cristina Martins⁵

DOI: <https://doi.org/10.31692/2358-9728.VCOINTERPDVL.2018.00128>

Resumo

O presente trabalho tem por objetivo analisar os entraves da formação docente frente à inclusão dos alunos da rede regular de ensino, por ser uma problemática vivenciada diariamente por docentes licenciados em diferentes campos de atuações. Nesse contexto, é notória a necessidade de se identificar quais os reais motivos do educador não conseguir trabalhar de forma efetiva a inclusão dos alunos com necessidades educativas especiais. Se faz ainda necessário definir as causas e possíveis soluções para tal ausência de qualificação ou até mesmo outros fatores, por exemplo, cotidiano escolar e familiar na qual os alunos estão inseridos. Para isso, utilizou-se a análise bibliográfica em textos acadêmicos, jurídicos e sínteses com o intuito de obter reflexões acerca da postura dos licenciados em sua prática diária no ensino inclusivo e todas as nuances vivenciadas no âmbito escolar alicerçada a uma legislação vigente que garante à educação alcance a todos de forma igualitária e eficiente. Como resultados dessa pesquisa foi possível observar a importância da aplicabilidade desse conhecimento prático e relacional das necessidades específicas apresentada em suas diferentes contextualizações em projetos educacionais mais elaborado, ainda nos deparamos com a falta de materiais didático-pedagógico acessível ao campo de desenvolvimento do aluno; com recursos tecnológicos, humanos e físicos que corroboram a um caminho de fato inclusivo de oportunidades. Em conclusão, a partir do exposto apreende-se que os entraves à educação inclusiva vista pela ótica dos docentes licenciados inicia-se desde as políticas de base até a formação do docente até a utilização dos métodos na sala de aula. É um desafio, fazer com que a inclusão ocorra, sem perdemos de vista que além das oportunidades, devemos garantir não só o desenvolvimento da aprendizagem, bem como, o desenvolvimento integral do indivíduo em sua totalidade é sabido que todas crianças devem aprender juntas.

Palavras-Chave: Formação acadêmica, Docente Licenciado, Ensino inclusivo, Qualificação específica

---

¹ Letras Libras, Uniasselvi, jackeline.libras@gmail.com

² Especialista em Ensino de Química, UCAM PROMINAS, Ayrton.matheus@gmail.com

³ Letras Libras, UFPE, joseroniero@gmail.com

⁴ Pedagogia, FCE, patylucena80@hotmail.com

⁵ Doutorado em Neurociências, POSNEURO/UFPE, islanemartins@gmail.com

Abstract

The present work has the objective of analyzing the obstacles of the teacher formation in front of the inclusion of the students of the regular network of education, being a problematic experienced daily by professors licensed in different fields of action. In this context, the need to identify the real motivations of the educator is notoriously unable to effectively work the inclusion of students with special educational needs. It is still necessary to define the causes and possible solutions for such absence of qualification or even other factors, for example, school and family everyday in which the students are inserted. For this, the bibliographic analysis was used in academic, legal and synthesis texts with the purpose of obtaining reflections about the posture of the graduates in their daily practice in inclusive education and all the nuances experienced in the school context based on a current legislation that guarantees the reach everyone in an egalitarian and efficient way. As a result of this research it was possible to observe the importance of the applicability of this practical and relational knowledge of the specific needs presented in its different contextualizations in educational projects more elaborated, still we are faced with the lack of didactic-pedagogical materials accessible to the student's field of development; with technological, human and physical resources that corroborate an inclusive path of opportunities. In conclusion, from the above, it is understood that the obstacles to inclusive education seen from the perspective of licensed teachers begin from basic policies to teacher training to the use of methods in the classroom. It is a challenge, to make inclusion happen, without losing sight of the fact that in addition to the opportunities, we must ensure not only the development of learning, but also the integral development of the individual as a whole, it is well known that all children must learn together.

Keywords: Academic background, Licensed teacher, Inclusive education, Specific qualification

Introdução

Ao longo de toda trajetória educacional brasileira percebemos os grandes avanços e a busca por mudanças com o intuito de garantir o olhar sobre a diversidade pautado em uma aprendizagem de/e para todos. Ao mesmo tempo onde a valorização e o respeito pelas singularidades dos alunos são uma prioridade, a busca do conhecimento nos aspectos qualitativos se torna uma bússola norteadora das práticas pedagógicas do professor.

A igualdade não está em desacordo com o respeito às diferenças entre as pessoas, antes o reforça, na medida em que esse valor se desdobra em três princípios particulares. No sentido de que "cada ser humano tem direito à dignidade, independentemente de suas capacidades ou de suas realizações. Tem o direito à satisfação das necessidades básicas e o princípio da igualdade de oportunidades, estabelecendo uma distinção entre oportunidade igual e justa para

todos e oportunidade igual e igualitária para todos. (Baker e Garden, 1992; Wolfensberger, 1972. P. 13)

Contudo, a formação acadêmica na área das licenciaturas é um desafio quando falamos do processo ensino – aprendizagem inclusiva que alcance todos os discentes em suas especificidades. Paulo Freire (1991, pág. 193) em sua obra “A educação na cidade” deu grande ênfase à formação permanente dos educadores afirmando “ Esta é entendida como uma dimensão que não pode ser esquecida nas políticas educativas de qualquer governo que pretenda mudar a escola, mas constitui-se também numa consequência de uma prática de reflexões críticas quotidianas”, onde será pautada mais adiante no decorrer da discussão.

Com isso, novos métodos e conhecimentos buscam enfrentar os desafios e metas por meio de propostas elaboradas no ambiente escolar fazendo, de fato, uma inclusão democrática. Haja vista que, a educação básica apoiada no estigma de “coitadinho” quando a aprovação não é realizada por aquilo que o aluno incluso é capaz de fazer, mas por ser enfatizado aquilo que, no olhar do profissional é incapaz de conseguir como os outros. Como declara a Resolução n.2/2001 que instituiu as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, houve um avanço na perspectiva da universalização e atenção à diversidade, na educação brasileira, com a seguinte recomendação, em seu Art. 2º. Os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, cabendo às escolas organizar-se para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais, assegurando as condições necessárias para a educação de qualidade para todos.

Partindo da premissa que esses sujeitos têm direito a educação assegurada por leis, fica coerente que sejam educados por profissionais qualificados e que em sua formação acadêmica estejam presentes o nivelamento entre teoria e prática. Dentro de uma disciplina voltada especificamente a prática inclusiva com experiências vividas ainda na universidade que reflitam sobre o ser o qual irão trabalhar. Nas palavras de Carvalho, (2004, p. 77):

A Letra das leis, os textos teóricos e os discursos que proferimos asseguram os direitos, mas o que os garante são as efetivas ações, na medida em que se concretizam os dispositivos legais e todas as deliberações contidas nos textos de políticas públicas. Para tanto, mais que prever há que prover recursos de toda a ordem, permitindo que os direitos humanos sejam respeitados, de fato. Inúmeras são as providências políticas, administrativas e financeiras a serem tomadas, para que as escolas, sem discriminações de qualquer natureza, acolham a todas as crianças, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras...

Uma vez que, é pertinente discorrer nesse tema porque ao mesmo momento que pretende evidenciar as falhas de um currículo proposto nas universidades, ele credita valor a uma formação voltada aos alunos com especificidades no processo ensino-aprendizagem. O que vimos é um currículo que se limita a oferecer uma disciplina com conteúdo teóricos sobre necessidades especiais sem promover uma reflexão e aprofundamento acerca de capacidades e individualidades humanas e acaba valorando as práticas segregacionistas. Precisamos pensar em uma formação inicial que contribua com o estabelecimento de parâmetro básico conforme aborda Dourado (2008, p. 910):

[...] o que se deve construir é um sistema nacional de formação de professores, preferencialmente de formação dos profissionais da educação, que, ao invés de fomentar a segmentação e superposições das políticas para a formação inicial e continuada, contribua para o estabelecimento de parâmetros básicos nacionais a serem garantidos nas diferentes instituições de ensino, nos diversos cursos e modalidades.

Sendo assim, o interesse nesse estudo envolve uma problemática real em torno da formação docente que não abranger de forma efetiva uma prática pedagógica frente às novas exigências inclusivas sociais. Por tanto, a metodologia utilizada para o tema proposto é de cunho bibliográfico, limitando-se a procedimentos de leitura e fichamento de variados textos e livros, levando a uma reflexão da importância do processo da formação docente e a inclusão de alunos em salas de aula no Brasil. Desse modo, “a necessidade de formar profissionais capazes de ensinar em situações singulares, instáveis, incertas, carregadas de conflitos e de dilemas, que caracteriza o ensino como prática social em contextos historicamente situados” (PIMENTA, 2002, p. 21).

Por isso, o presente estudo buscou realizar uma revisão integrativa da literatura a fim de compreender quais os entraves da educação inclusiva pelo olhar do professor licenciado considerando a forma que o mesmo tem percebido as dificuldades de seu contexto de sala de aula cotidianamente, desafiando-os a trabalhar em cima de uma realidade não vivenciadas em sua formação inicial voltada a práticas inclusivas. Conforme destaca, (GUASSELLI p. 37) “Atenção especial deverá ser dispensada à preparação de todos os professores para que exerçam sua autonomia e apliquem suas competências na adaptação dos programas de estudos e da pedagogia, a fim de atender às necessidades dos alunos e para que colaborem com os especialistas e com os pais.

Nesse percalço, o trabalho com alunos com deficiência é desafiador e muitos professores não se sentem prontos, com recursos necessários e na sua grande maioria se sentem inaptos, sem criatividade, tempo e segurança para inovar sua metodologia adequando a realidade de cada aluno e com isso realizar um trabalho efetivo e dinâmico orientado pela singularidade de cada aluno porque quando se fala de inclusão não se resume em apenas colocar o aluno em sala de aula e garantir sua permanência como ressaltar Carvalho (2005, p. 8), para quem o conceito de inclusão refere-se a um processo e não a um estado, pois não é só a presença física dos alunos na escola que irá garantir a inclusão, mas também sua adequada integração com seus pares, aprendendo e participando, tendo acesso ao currículo. Do contrário, estarão somente presentes, porém excluídos.

Fundamentação Teórica

No Brasil a questão da formação de professores surge de forma indubitável, após a independência, quando o processo de organização de instrução popular não havia se institucionalizado.

Ainda, diante das transformações que aconteceram na sociedade brasileira destacam-se períodos na história em que a formação docente contribuiu para organização educacional existente, como a Lei das Escolas de Primeiras Letras; a reforma Paulista da Escola Normal; as reformas de Anísio Teixeira e Fernando de Azevedo; a Organização e Implantação dos Cursos de Pedagogia e de Licenciatura e Consolidação de Modelo das Escolas Normais; Substituição da Escola Normal pela Habilitação Específica de Magistério; o Advento dos Institutos Superiores de Educação; as Escolas Normais Superiores e o Novo perfil do curso de Pedagogia (SAVIANE, 2009).

Da mesma maneira ocorreu com a implementação da educação inclusiva e os avanços no decorrer do século XX, como aborda Carvalho:

[...] ao final do século XX muitos conflitos e transformações aconteceram, principalmente, no contexto da educação especial presente no Brasil desde o período imperial. Surgem, então, as expressões “Educação para todos”, “Todos na escola”, “Escola para todos” (CARVALHO, 2000, p.14).

Na perspectiva de uma escola que alcance a todos, a RESOLUÇÃO CNE/CEB Nº 2, 2001 afirma que se faz necessário uma formação docente para atuar na educação inclusiva, dessa forma considera professores capacitados aqueles que comprovem que, em sua formação, de nível médio ou superior, foram incluídos conteúdos sobre educação especial

adequado ao desenvolvimento de competências e valores para perceber as necessidades, valorizar a educação inclusiva, flexibilizar a ação pedagógica de modo adequado às especificidades, avaliar a eficácia do processo educativo e atuar em equipe.

Quanto aos docentes especializados, à mesma resolução os considera como aqueles que desenvolveram competências para identificar as especificidades e assim em conjunto buscar estratégias de flexibilização, adaptação curricular, procedimentos didáticos pedagógicos e prática alternativas que são necessárias para promover a inclusão.

Com essa afirmação compreendemos que a formação de um docente licenciado para atuar de forma hábil na educação inclusiva não deve apenas ser capacitada como vimos corriqueiramente, mas em sua licenciatura deve-se ter contato com práticas que envolvam a uma reflexão didática – pedagógica – inclusiva, pois segundo afirma OLIVEIRA:

O educador deve ter competência técnica, metodologia e saber criar um clima favorável ao aprendizado. A formação docente construtivista deve ser teórica, científica e prática. Deve ter em mente que a popularização do conhecimento é importante. Encara a educação como um processo amplo, holístico, e o ensino escolar como político, sistematizado, ideológico e no contexto. Considera as dificuldades e as zonas críticas como inerentes ao processo de ensino e aprendizagem (2014, p. 90).

E, esse perfil profissional é construído na formação acadêmica, embora o que temos analisado é um currículo de práticas segregacionistas que não atende as especificidades fidedignas aos discentes para que os mesmos se desenvolvam plenamente. É o que destaca Bueno, quando aborda sobre uma disciplina que venha a se preocupar com a formação plena de um docente que poderá lidar com qualquer problemática educacional.

A inserção de uma disciplina ou a preocupação com conteúdo sobre crianças com necessidades educativas especiais pode redundar em práticas exatamente contrárias aos princípios e fundamentos da educação inclusiva: a distinção abstrata entre crianças que possuam condições para se inserir no ensino regular e as que não possuam, e a manutenção de uma escola que, através de suas práticas, tem ratificado os processos de exclusão e de marginalização de amplas parcelas da população escolar brasileira (1999b, p. 18).

Contudo, há a necessidade de uma reelaboração curricular acadêmica que promova aos licenciados o conhecimento teórico, científico e principalmente prático que o conduza a uma vida profissional de excelência onde possam chegar a uma sala de aula e permitam que o conhecimento alcance a todos. Pacheco et al. (2007) afirma que todos os professores são professores de todos os alunos, e todos alunos são alunos de todos os professores, com isso pensa-se em uma metodologia pautada no alcance de aprendizagem para todos.

Metodologia

O presente trabalho de pesquisa tem por base orientadora a utilização de mecanismos facilitadores que direcionam uma análise bibliográfica. Diante dessa perspectiva foi necessário o uso de materiais bibliográficos que orientaram os procedimentos como leitura, anotações e reflexões de textos acadêmicos, sínteses, resumos, encontros para debates com o objetivo de produzir um trabalho de forma eficiente tanto para o desenvolvimento profissional e como pessoal.

Para que essa investigação fosse possível dispomos de materiais pesquisados como cópias de artigos disponíveis pela internet, livros, documentos que legitimam a nossa educação brasileira. Desse modo, servindo de fundamento teórico para uma pesquisa que leva tanto o acadêmico, como pessoas interessadas ou com inquietudes sobre o tema ou até mesmo quem já é formado na docência e visa à inclusão de discentes com suas singularidades em sala de aula reflitam e com esta reflexão transforme suas práticas. Na fala de Chiara, o mesmo comenta que:

A pesquisa bibliográfica é então feita com o intuito de levantar um conhecimento disponível sobre teorias, a fim de analisar, produzir ou explicar um objeto sendo investigado. A pesquisa bibliográfica visa então analisar as principais teorias de um tema, e pode ser realizado com diferentes finalidades (CHIARA, et al,2008).

Uma dessas finalidades, em que aponta o autor, é que a pesquisa de cunho bibliográfico colabora para a ampliação de conhecimentos preexistentes. É notório que a pesquisa bibliográfica deve ser bem reformulada e organizada com a intenção de elaborar uma produção pautada nas contribuições científicas disponíveis que vise o autoconhecimento do tema abordado e assim concluímos que a efetividade da prática docente descreve o comportamento desafiador de tais profissionais em sala no qual poderia explicar as razões que o levaram a ter atuação insatisfatória.

A pesquisa bibliográfica "é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos", (GIL, 2002). Por essa afirmação, ao conceituar o tema verifica-se a importância de dialogar com esse método científico respaldando essa pesquisa com referenciais que se afirmam em situações reais onde o docente em sua formação evidencia conteúdos em suas teorias enquanto a prática é vista como algo superficial, por isso é necessário que tenhamos um olhar voltado para tal realidade de exclusão cognitiva do aprendiz. O professorado por sua vez, precisa adaptar-se as mudanças e

elaborar projetos, fundamentos teóricos e práticas que possam cumprir papéis voltados à inclusão social, formando cidadãos capazes de atuar neste meio inclusivo.

Resultados e Discussão

Diante dos processos ocorridos na análise do tema proposto no que se trata dos entraves da educação inclusiva pelo olhar do professor licenciado, durante todo o percurso de formação docente no Brasil salientamos a importância que tal estudo tem demonstrado no campo de ensino aprendizagem numa perspectiva educacional inclusiva. E através da mesma, podemos identificar desafios em sala de aula no que diz respeito à inclusão educacional e social.

Importante enfatizar que tais dificuldades nos contextos educacionais foram vistas no decorrer desta investigação bibliográfica podendo retratar a busca em promover melhorias na qualidade da aprendizagem inclusiva nas salas de aulas brasileiras voltada às diversidades, singularidades e especificidades do aluno incluso vista a partir do professor, e até mesmo nos entraves da sua formação enquanto docente, e nas habilidades que carregam para tais desafios serem permeados em sua prática.

Com a proposta de Brasil, 2000 das diretrizes de formação inicial de professores da educação básica em cursos superior e especializações comprova o reconhecimento de que a formação dos professores precisa incluir noções relativas ao atendimento dos alunos da educação especial e inclusiva. Como também, garantir os direitos educacionais revela um impacto nessa formação porque quando ela garante direitos a uma educação inclusiva deve ao mesmo tempo fomentar a capacitação e especialização dos profissionais que irão trabalhar com alunos nesse contexto, além da percepção geral acerca do efetivo preparo da instituição escolar que irá recebê-los no intuito de ofertar condições satisfatórias aos inclusos.

Com isso, uma análise curricular na grade acadêmica de cursos de licenciatura se faz necessária e nos remete a uma mudança no conceito de práticas tradicionais no processo ensino aprendizagem de discentes inclusos garantido acessibilidade de conteúdos propostos em áreas afins do conhecimento. Mas, segundo o olhar do docente o que se tem visto são apenas conhecimentos teóricos das deficiências e suas nuances relativas ao sujeito em questão é quase inexistente as disciplinas que tratam da temática educação especial e inclusão escolar nas disciplinas. O único conhecimento prático é na área de surdez ofertado por meio da disciplina de Libras que é obrigatória a partir do Decreto citado.

A Libras deve ser inserida como disciplina curricular obrigatória nos cursos de formação de professores para o exercício do magistério, em nível médio e superior, e nos cursos de Fonoaudiologia, de instituições de ensino, públicas e privadas, do sistema federal de ensino e dos sistemas de ensino dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios (Decreto nº 5626, 2005, p.1).

Se pensa em garantir o acesso, se pensa na sua permanência na escola e na apropriação dos conteúdos, mas relega à formação inicial, continuada e eficaz no preparo desse professor para atuar no ensino básico junto a alunos público alvo da inclusão escolar. Nos parece que há muito o que se pensar e que os problemas ainda não estão resolvidos, há uma necessidade urgente de reflexão que valorize uma educação onde tanto o professor é de todos os alunos como os alunos são de todos professores é indispensável esse sentimento de pertencimento para que cada um saiba qual parte do contexto o qual pertence.

Conclusões

A partir do exposto apreende-se que os entraves à educação inclusiva pela ótica dos docentes licenciados iniciam-se desde as políticas de base passando pela formação do docente até a utilização dos métodos na sala de aula.

É um desafio, fazer com que a inclusão ocorra, sem perdemos de vista que, além das oportunidades, devemos garantir não só o desenvolvimento da aprendizagem, bem como, o desenvolvimento integral do indivíduo em sua totalidade, logo, é sabido que todas crianças devem aprender juntas.

Nesse contexto, inferimos que à falta de habilidade, conhecimento e insegurança dos profissionais licenciados que saem das universidades é notória acentuando-se quando passam a estarem em sala de aula com algum aluno incluso.

E, ainda mais quando se depara com sistema educacional de ensino que não conta com muitas propostas de acessibilidade, adequações no projeto político pedagógico e de um currículo flexível. Logo, um entrave frente à educação inclusiva.

O que se pôde inferir sobre as políticas de base, é a necessidade de retificações nas leis que regulamentam a formação dos docentes licenciados. A atual legislação permite brechas para qualquer profissional, seja ele capacitado ou não. Além de trabalhar com alunos com deficiência sem a exigência mínima de formação específica. Uma sugestão é a tentativa de estágio inicial de formação docente para que, com isso, os professores adquiram conhecimentos sobre as intervenções efetivas com o público alvo da inclusão escolar.

No tocante à formação acadêmica, não há o desenvolvimento de práticas onde o graduando consiga perceber em seus alunos algum tipo de deficiência ou especificidade que tivera sido vivenciada durante os cursos de licenciaturas e, desse modo, preparar e adequar metodologias considerando como cada um aprende. Logo, se faz necessária, a elaboração e criação de uma disciplina obrigatória que vise as particularidades, singularidades e os aspectos consideráveis do educando, assim como possibilitar o conhecimento sobre dimensões e estratégias de forma reflexiva diante de todo contexto educacional e pessoal que envolve o mesmo buscando seu desenvolvimento integral respeitando a sua forma de aprender individualmente.

Já na prática docente, são garantidos, apenas, suportes técnicos e físicos para o docente em sala de aula, embora não se preocupe com sua formação pessoal que vai além de seus conhecimentos teóricos. É sabido ainda, que a formação dos professores não abrange de forma efetiva a inclusão de alunos com suas diversas especificidades e as razões ficam claras na pesquisa quando pontuamos a inexistência de uma análise e mudança curricular nos cursos de licenciaturas das universidades.

Referências

BATISTA, Lázaro. NASCIMENTO, Erasmo Henrique. **A deficiência vai à universidade: perspectivas e entraves do processo inclusivo na educação superior brasileira**. Educação Unisinos. 22(2):120-127, Unisinos - DOI: 10.4013/edu.2018.222.01, v. 22, n. 2, abril -junho 2018.

BUENO, J. G. **Crianças com necessidades educativas especiais, política educacional e a formação de professores: generalistas ou especialistas**. Revista Brasileira de Educação Especial, v. 3, n. 5, p. 7-25, 1999 a.

BRASIL. Ministério da Educação (2000). **Proposta de Diretrizes para a formação inicial de professores da educação básica, em cursos de nível superior**. Brasília: MEC. Disponível: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/basica.pdf>

BRASIL. Resolução CNE/CEB nº 2, de 11 de setembro de 2001. **Institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB0201.pdf>

CARVALHO, Rosita Edler. **Temas em educação especial**. 2. ed. Rio de Janeiro: WVA, 2000. Disponível em: <http://re.granbery.edu.br/artigos/NDk5.pdf>

CHIARA, I. D.etal. **Normas de documentação aplicadas a área de saúde**. Rio de Janeiro: Editora E-papers, 2008.

DOURADO, Luiz Fernandes. **Políticas e gestão da educação superior à distância: novos marcos regulatórios?** Educação e Sociedade, Campinas, v. 29, n. 104, p. 891-917, out. 2008.

DECRETO nº 5626, de 22 de dezembro de 2005 (2005, 22 de dezembro). Regulamenta a Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Brasília, DF: Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Disponível: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm

FREIRE, Paulo. **A educação na cidade**. São Paulo. Cortez, 2001.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia. Saberes necessários à prática pedagógica educativa**. 22ª Edição- São Paulo. Editora Paz e Terra, Coleção Leitura, 2002.

FRIAS, Elzabel Maria Alberton. **Inclusão escolar do aluno com necessidades educacionais especiais: contribuições ao professor do Ensino Regular**. Paranaíba. 2008/2009 <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/1462-6.pdf>

GUASSELLI, Maristela Ferrari Ruy. **Inclusão escolar: um diálogo polifônico**. Revista do Centro de Educação da UFSM. Edição: 2005 Nº 26 <http://coralx.ufsm.br/revce/ceesp/2005/02/a5.htm>

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2002.

JÚNIOR, Ailton Paulo de Oliveira. PRATA-LINHARES, Martha Maria. KARWOSKIC, Acir Mário. **Formação docente no contexto brasileiro das Instituições Federais de Educação Superior**. Ensaio: aval. pol. públ. Educ., Rio de Janeiro, v.26, n. 98, p. 52-90, jan. /mar. 2018.

LEI nº. 13.146, de 6 de julho de 2015 (2015, 6 de julho). **Institui a Lei Brasileira da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com deficiência)**. Brasília, DF: Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Disponível: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm

LIMA, F.J. **Ética e Inclusão: o status da diferença**. In: L.A.R. MARTINS et al. (orgs.), **Inclusão: Compartilhando Saberes**. Petrópolis, Vozes, p. 54-66. 2006.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Por uma escola para todos**. Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de Educação. Laboratório de Estudos e Pesquisas em Ensino e Diversidade–LEPED/Unicamp. (Capítulo1)

MANTOAN. Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003. Coleção cotidiano escolar

MONICO, Patrícia Aparecida. MORGADO, Liz Amaral Saraiva. ORLANDO, Rosimeire Maria. **Formação inicial de professores na perspectiva inclusiva: levantamento de produções**. Psicologia Escolar e Educacional, SP. Número Especial, 2018: 41-48.

MOREIRA, Andréa de Assis. RODRIGUES, Luzia. Os desafios da escola pública paranaense na perspectiva do professor PDE. **Artigos**. Versão Online. ISBN 978-85-8015-080-3 Cadernos PDE. Governo do estado do Paraná. Vol.1. 2014.

OLIVEIRA, Fernanda Germani. **Psicologia da Educação e da Aprendizagem**. Indaial: Uniasselvi, 2014.

PACHECO, J., Eggertsdóttir, R., & Marinósson, G. L. **Caminhos para a inclusão**. Porto Alegre: Artmed, 2007.

PIMENTA, Selma G. **Professor reflexivo: construindo uma crítica**. In: Professor reflexivo no Brasil: gênese e crítica de um conceito. PIMENTA, Selma G. GHEDIN, Evando (Orgs.). São Paulo: Cortez, 2002.

SAVIANI, Dermeval. **Formação de professores: aspectos históricos e teóricos do problema no contexto brasileiro**. Revista Brasileira de Educação. V. 14 nº 40, jan. / abr. 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v14n40/v14n40a12.pdf>